

RESENHA BIBLIOGRÁFICA *

GRACIOTTI (Mário). — *O Firmamento no Universo Finito*. Editôra Clube do Livro. São Paulo. 1971.

Mário Graciotti, diretor do “Clube do Livro”, no seu caminho rumo ao Universo Teológico já publicou duas obras, *O Mundo antes do Dilúvio* e *Viagem do Redor das Origens*. Este nôvo volume, *O Firmamento no Universo Finito* é portanto o terceiro da série, e é editado, como os dois anteriores pelo próprio “Clube do Livro”. Ele se compõe de 3 partes intituladas: Apontamentos Históricos, Elementos de Pesquisa e Exposição de Fenômenos.

Na primeira parte, o Autor discute principalmente o problema das marés baseando-se na obra do prof. Roberto Almagiá, geógrafo italiano, *La Dottrina della Marea Nell'Antichità Clássica e nel Medio Evo*. É uma incursão histórica sobre as idéias que o homem teve através dos tempos acêrca desse fenômeno. Na opinião do Autor, as explicações dadas às marés não são nada satisfatórias. Assim, embora seja a História longa e longa a vigília dos homens, nada de concreto e positivo pode ser assinalado a essas explicações científicas. O impasse poderia ser solucionado, segundo o Autor, se se adotasse a sua tese do Universo Finito, evidentemente uma tese não filiada ao método científico.

Na segunda parte, Elementos de Pesquisa, as teorias de Hoyle, Darwin, Newton, Gamow e outros cientistas são ridicularizadas. As afirmações científicas são de cunho inocente ou malicioso e não ultrapassam o escopo das afirmações infantis. Se perguntarmos a uma criança o que é o vento, ela nos responderá: “o vento é o vento”. Também, seriam de mesmo molde as respostas de alguns cientistas. É o que nos diz Mário Graciotti. Mas o ponto alto, dessa parte, está da página 244 a 263, onde o premiado escritor fala dos seus esforços em prol da difusão de cultura. Aqui, ficamos sabendo como surgiu a revista “Inteligência” sob a sua direção, o seu intenso labor em fundar o “Clube do Livro”, a sua campanha das Bibliotecas-Prêmio. Uma cruzada meritória, sem dúvida.

Finalmente, na terceira e última parte, depois de trazer Einstein à sua causa do Universo finito, mas sem deixar de assinalar a superioridade das concepções dos velhos sumerianos, êle aponta os fenômenos que ajudam a defender a sua tese. São êles: 1). — A orla congelada do Universo; 2). — As marés; 3). — As pressões atmosféricas; 4). — A Natureza tem horror ao vácuo; 5). — A rotação da Terra; 6). — Os cometas; 7). — O retórno das ondas elétricas; 8). — A Estrastofera; 9). — As estrelas fixas; 10). — São inalteráveis as condições do Espaço; 11). — O equilíbrio dos corpos celestes.

(*) — Solicitamos dos Srs. Autores e Editôres a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica (*Nota da Redação*).

Como o próprio Autor honestamente reconhece, eles não provam a hipótese do Universo Finito, mas poderiam convencer o leitor da existência de pontos positivos nessa hipótese. Enfim, um livro para pensar.

SHOZO MOTOYAMA.

* *
*

PINSKY (Jaime). — *Os judeus no Egito Helenístico*. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, distribuído pela Difusão Européia do Livro, 1971, 154 páginas.

Atualmente o autor, Doutor em História pela Universidade de São Paulo, é Professor de História Antiga da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis. No livro em epígrafe apresenta-nos um quadro histórico do êxodo do povo judeu de seu país de origem para o Egito.

A obra é elaborada em três substanciosos capítulos, incluindo-se uma extensa bibliografia.

O capítulo I, “Os judeus e a Diáspora”, induz o leitor a analisar os fatores que levaram os judeus a saírem da Palestina, definindo a acepção do termo Diáspora (judeus fora de seu país de origem, segundo o Evangelho de São João) e para tanto lança a pergunta óbvia:

“Porque teriam os judeus saído da Palestina para se localizar em outros sítios”? (p. 15).

Focaliza então, para o estudo, alguns aspectos geopolíticos da região. Conclui ser a Palestina essencialmente agrícola, que sofreu por um lado com os problemas geofísicos e, por outro, com a impossibilidade de “exploração suficiente da localização”, em consequência do interesse de nações poderosas que provocavam, ao mesmo tempo, uma “instabilidade política na Palestina” (17).

Com o subtítulo “Razões da Diáspora” inicia um estudo minucioso, discutível e polêmico. A posição do autor é objetiva, revelando conhecimento profundo, cuidadoso, buscado, de quem pesquisa sutilmente o assunto. A observação se aplica à toda obra, ricamente documentada.

“Cabe agora seguir o povo judeu para os locais onde passou a viver” (p. 22), desde sua primitiva existência até a chegada ao Egito, antes, porém, do período helenístico.

Conceituando a palavra Diáspora, permite ao leitor libertar-se de um visão preconceituosa, inerte a muitos trabalhos sobre o assunto.

Conclui mostrando a necessidade de vinculação da História do povo judeu a uma nação, definindo-a no tempo e no espaço e no ambiente de grande interês-

se mundial pois “o mundo no qual a Palestina está inserida, influenciou muito a vida do pequeno país” (p. 55).

Em o “Egito Helenístico” inicia-o com Alexandre, — obviamente. Contudo, sem se deixar levar pela figura apaixonante do grande conquistador, marginalizando a própria História” (p. 59).

Caracteriza minuciosamente Alexandre, apresentado-o não somente como dominador, predestinado, propagador, caracterizações peculiares a autores como Weigall e Levêque.

A Grécia estava em crise no século IV” (p. 60). Ao situar a conquista greco-macedônica dentro de um processo histórico amplo, apresenta-nos um novo conceito de helenização, desmitificante, caracterizando gregos como simples dominadores econômicos e não como transmissores de cultura superior. Trata-se de uma cidade com gregos superpostos aos egípcios, com integração limitada e “tôda uma gama de minorias nacionais que não se relacionava diretamente com os meios de produção” (p. 72).

“Os judeus em Alexandria”, capítulo III, segundo o próprio autor, constitui o núcleo da obra.

Apresenta-nos os judeus num Egito dominado economicamente pelos antigos helenos (Egito-helenístico) e a tentativa de relacionamento econômico social, político e cultural.

Apresenta em primeiro plano os judeus durante o período Lágida. Passou o grupo por uma ascensão social, resultante de uma evolução comercial no Egito. De escravos libertos passaram para uma camada intermediária das classes superiores e inferiores até atingir o climax de um *status* social e político, privilégio de gregos. Nessa escala rivalizaram-se com a “burguesia” e constituíram-se sob uma nação de “dinâmica impresível”.

Como consequência houve reação dos gregos que “vão se tornando inimigos ferozes daquele povo, cujos hábitos religiosos são utilizados para uma luta de origem tipicamente sócio-econômica” (p. 115).

Por outro lado outro grupo se identifica também sócio-econômicamente com os egípcios, povo dominado.

Porém “fecha-se o círculo” (p. 145), transformação total quando da dominação romana. Os judeus bem situados sócio-econômicamente, vêm cair seus direitos de luta de identificação com os gregos “os judeus ricos voltam, paralelamente à sua perda de direitos, a unirem-se aos pobres” (p. 145).

Em síntese, afirme-se, a obra do professor Dr. Jaime Pinsky, científica, desmistificadora, dá ao leitor (mesmo leigo) condições de ampliar conhecimentos de História Antiga e em especial de História Judaica devido a sua clareza cuidadosa. Prova a afirmação, extensa bibliografia que o autor teve o cuidado de citar, pelas inúmeras notas de rodapé, assim como a citação de diversos autores no decorrer da obra.

Além da riqueza de fatos, dá uma nova visão da história judaica, sem preconceitos, estruturas em sólido embasamento teórico.

É ainda grande sua capacidade de planejamento, o que, na sua introdução, intitula de academismo. É, contudo necessário planejar como método didático.

Fêz história partindo da documentação. Desperta no leitor maior interesse pelo assunto, dada à originalidade da visão que apresenta.

ANNA BLANDINA SALVADOR

* *
*

TENENTI (Alberto). — *Florence à l'époque des Médicis — de la cité à l'état*. "Collection Questions d'histoire" sob a direção de Marc Ferro. Flammarion. Paris, 1968.

Como é de hábito nas publicações desta coleção, êste trabalho de Alberto Tenenti inicia com uma exposição de fatos, complementados por um *dossier* que inclui documentos e a colocação de problemas e controvérsias a respeito do tema tratado.

O Autor faz um estudo sôbre Florença a partir da segunda metade do século XVI, quando a cidade toscana, em vias de se tornar um dos centros motores de humanismo, deixa entrever uma camada privilegiada de sua sociedade, considerada o suporte de uma nova cultura que servirá de modelo, sobretudo no plano artístico, à civilização dominante do continente inteiro.

Após o entusiasmo e as conquistas do período comunal, Florença se esgota, por assim dizer, no esforço dispendido.

É justamente êste conjunto de tentativas e realizações que Tenenti tenta reconstituir através da análise de suas fases principais e de seus aspectos mais importantes, até o ponto crítico e dramático que constitui o final do século XV.

"De la démocratie a l'oligarchie (1370/1400); "Culture et société a la fin du XIVe. siècle"; "De l'oligarchie a la seigneurie" e "La civilisation florentine du XVe siècle", são os assuntos abordados nos quatro capítulos da obra, através dos quais sobreleva a idéia de que sob os oligarcas e os Médicis, a sociedade comunal florentina sobrepujou os obstáculos que se opunham a seu desenvolvimento autônomo e original, repelindo os perigos internos e externos que pudessem causar-lhe impedimento.

Pela primeira vez no Ocidente desde o período romano, uma vasta comunidade procura uma disposição mental diferente da que era própria do Cristianismo. Sem perturbar as coordenadas gerais dêste último, a cultura florentina representa uma nova visão e outra posição geral dos problemas da civilização européia.

Todos os setores da vida intelectual são destacados e reconsiderados em perspectivas que se pretendem autônomas: da pedagogia às artes e à política, da economia e da ética à filosofia, à estética, à ciência. Sem dúvida, este conjunto orgânico de esforços e realizações faz de Florença um centro único no século XV.

O dinamismo deste processo recbeu do dispositivo econômico e social as energias e estímulos que lhe eram indispensáveis, devendo-se então considerá-los como um todo, onde as criações, e os limites, os avanços e paradas, compõem os aspectos dialéticos de uma pujante civilização.

Uma bibliografia comentada constitui o remate final do trabalho que se apresenta como valioso subsídio para a História desse período.

SUELY ROBLES REIS DE QUEIROZ

* *
*

ZENHA (Edmundo). — *Mamelucos*. São Paulo. 276 páginas.

Ao Sr. Edmundo Zenha deve a historiografia brasileira o melhor estudo, que até agora se fez, da instituição municipal no Brasil. Publicado em 1948 pelo antigo Instituto Progresso Editorial (Ipê), lamentavelmente nunca foi reeditado. Dêle podemos dizer o que há pouco dissemos de um livro do Sr. Nelson Werneck Sodré, também nunca reeditado: citado pelos professôres, procurado incessantemente pelos estudantes, reclamado por todos, cotado altamente pelos alfarrabistas quando, vez ou outra, aparece algum exemplar pelos “sebos”, constitui *O município no Brasil* um dos grandes e muitos “exgotados” da nossa bibliografia histórica. Aliás, já se observou que, no estudo da história do Brasil, quase só se trabalha com bibliografia exgotada. De meia dúzia de livros que se indique sobre qualquer assunto, dificilmente o estudante encontrará algum. As faculdades mais antigas geralmente ainda os possuem em suas bibliotecas. Mas as que estão sendo organizadas agora, poucas possibilidades têm de organizar uma boa biblioteca de história do Brasil. Foi o que há pouco nos confessava o professor encarregado de história do Brasil num dos institutos universitários recém-fundados, em importante cidade do interior de São Paulo: tinha verbas, mas não encontrava os livros básicos de que necessitava para a biblioteca que pretendia organizar em sua faculdade.

Está neste rol dos inincontráveis, ao lado de tantos outros, *O município no Brasil*. Quando a empresa que o editou encerrou suas atividades, seus livros foram “torrados” nas portas improvisadas em livrarias e até nas calçadas da cidade de São Paulo. Entre êles, o belo ensaio do Sr. Edmundo Zenha ... Os felizardos que puderam adquirí-lo, guardam-no hoje como verdadeira preciosidade, que de fato o é.

Bastante tempo permaneceu o Sr. Edmundo Zenha ausente da área histórica. Publicou, é verdade, um ensaio sobre a colônia alemã de Santo Amaro e outro sobre Santo Amaro no tempo de Paulo Eiró, ambos dados à estampa na *Revista do Arquivo Municipal*, mas isto mesmo já vai para mais de vinte anos. Absorvido pelo seu escritório de advogado, as atividades jurídicas não lhe deixavam tempo para as pesquisas históricas. Pelo menos, era o que parecia. Pensávamos até que, nos seus amores, Themis houvesse de vez expulsado Clio. Eis que, voltando a Clio, brinda-nos com um novo ensaio, desta vez particularmente sobre a história de São Paulo. Excelente trabalho de pesquisa haurida na mesma documentação que serviu a Alcântara Machado para a sua obra prima, sobre a qual, ainda há pouco, transcrevemos a apreciação que dela fez Maria Lúcia de Souza Rangel, o novo livro do Sr. Edmundo Zenha procura salientar dois pontos no processo bandeirante: a predominância do ofício escravista e o papel preponderante do índio na sociedade do planalto.

Não é exato, como afirma, logo na frase inicial, que a matéria de seu livro já houvesse sido tratada por outros autores, “entre os quais é obrigatório mencionar a Alcântara Machado”. Certo que ninguém deixaria de citar *Vida e morte do bandeirante*. É peça-chave na bibliografia da história de São Paulo. Mas os objetivos do dois livros — e de outros que procuraram reconstituir a sociedade planaltina —, Alfredo Ellis Júnior, Belmonte, Otoniel Mota, entre outros — foram diferentes. Não pretendeu o Sr. Edmundo Zenha simplesmente, e mais uma vez, reconstituir a sociedade paulista dos tempos coloniais. Para isto, realmente, o livro de Alcântara Machado é inexcedível, como os de Belmonte e Otoniel Mota são complementares. O que o Sr. Edmundo Zenha nos oferece em seu livro, sem desprezar, é óbvio, a importância da sociedade planaltina, é uma verdadeira história econômica do bandeirismo, numa linha próxima, isto sim, dos trabalhos de Alfredo Ellis Júnior, mas abordando assuntos mais amplos e em nada conflitando, antes completando, o quadro inicialmente esboçado pelo grande mestre da história paulista que é o autor de *Raça de gigantes*. O livro do Sr. Edmundo Zenha dá ênfase especial ao século XVII, “afinal o mais importante do bandeirismo”. Ainda aqui há identidade com o pensamento de Ellis Júnior. Quando este autor publicou, há quase trinta anos seu *Resumo da História de São Paulo* (que é praticamente quase todo sobre o século XVII), perguntei-lhe por que não escrevia também sobre o século XVIII. Respondeu-me êle, talvez com o exagero de um apaixonado do seiscentismo, que o século XVIII não interessava. Não era um século “paulista”. O grande século “paulista”, para êle, como historiador do bandeirismo, era o século XVII. Posteriormente, tornou-se menos radical e acabou escrevendo boas coisas sobre o setecentismo, especialmente em *O ouro e a Paulistânia*.

Mas, tal como o Sr. Edmundo Zenha, sua afeição histórica continuou sempre voltada para o XVII, o século de “significado especial”, segundo pertinentemente lembra o Sr. Edmundo Zenha, para completar: “É da inquietação de São São Paulo, durante aquela centúria, que surgem as nossas fronteiras do sul e do

oeste, rematando-se a façanha com o sobressalto fantástico das minas, cujo ouro terá influência na história universal, associado a um nôvo ciclo econômico, que provoca ou acelera”.

Da rica documentação publicada pelo Departamento do Arquivo do Estado, tomou o autor a maioria dos textos que ilustram as teses propostas em seu livro. Reconhece que são numerosos e podem até ser acoimados de excessivos, os textos aproveitados. Mas, justificando, o Sr. Edmundo Zenha considera o leitor de história um “leitor qualificado e que o gôsto pelos documentos é um dos componentes dessa qualificação.”

E, por outro lado, êle está certo de que “grande parte das transcrições representa o melhor dos *Inventários e Testamentos*, sendo algumas delas verdadeiras joias como expressão e como documento”.

Se, no ensaio sôbre o município, o Sr. Edmundo Zenha deu azas ao seu saber jurídico, pois o assunto não só comportava, como exigia, agora, em *Mamelucos*, expressivo título de seu nôvo livro (276 págs., sem indicação de editor), mostra-se igualmente à vontade no campo da história econômica e social. Prova de que o Direito não é incompatível com o interêsse pela pesquisa histórica. Themis e Clio podem se dar muito bem. O Sr. Edmundo Zenha vem aumentar a lista dos grandes cultores do Direito que também foram excelentes historiadores. É verdade que a maior parte dêles, por uma questão de afinidade natural, tem preferido as áreas da história jurídica, política ou parlamentar, mais próximas dos estudos do Direito e das leis. Mas *Mamelucos* vem mostrar, como, aliás, *Vida e morte do bandeirante* já mostrara em relação ao mestre Alcântara, que as demais áreas da história também podem ser-lhes familiares.

Cumprimentando o Sr. Edmundo Zenha pela sua volta à História, permitimo-nos uma pergunta: Por que não editar *O município no Brasil*? Ao fazer esta indagação, estamos certos de traduzir o desêjo unânime de todos os que trabalham com a história de nosso país.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* *
*

VERGER (Pierre), — *Flux et reflux de la traite des nègres entre le golfe de Bénin et Bahia de todos os santos du dix-septième au dix-neuvième siècle*. École Pratique des Hautes Études. Sorbonne, Mouton & Co. Paris, 1968. 720 pp. 52 fotos.

Pierre Verger, Pesquisador do I.F.A.N. (Institut Fondamental d’Afrique Noire), há anos que vem publicando interessantes obras a respeito das relações que existiram entre a Costa Africana e a Bahia-de-Todos-os-Santos. Podemos dis-

tinguir sua bibliografia sobre o Brasil em 3 aspectos principais: 1). — as influências que o Brasil exerceu sobre a África (p. ex. seu artigo *Influence du Brésil au Golfe du Bénin*, in “Mémoire de l’IFAN” n° 27, 1953);

2). — as influências da cultura africana na sociedade brasileira (p. ex., *Note sur le culte des Orisha et Vodoun à Bahia, la Baie de tous les saints au Brésil et l’ancienne Côte des Esclaves en Afrique*, “Mémoire de l’IFAN” n° 51, 1959).

3). — finalmente, a forma concreta através da qual se realizava tal intercâmbio afro-brasileiro (p. ex. *O fumo da Bahia e o tráfico dos escravos do Golfo de Benim*, Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, n° 6, 1966 — cf. Resenha in “Revista do Instituto de Estudos Brasileiros”, n.º 7, 1969: 106-107).

O presente volume, *Flux et reflux de la traite des nègres entre le golfe de Benin et Bahia de todos os santos* entra nesta terceira linha de indagações, e representa a obra de maior fôlego do Autor, assim como a principal monografia consagrada a tal tema de história colonial do Brasil. Para tanto o Autor realizou pesquisas sobretudo no Arquivo Público da Bahia e no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Os 16 capítulos que formam o livro podem ser agrupados em 6 categorias ou assuntos principais:

- 1). — Razões e organização do tráfico negroiro;
- 2). — embaixadas dos Reis do Daomé e países vizinhos à Bahia e a Portugal;
- 3). — Relações econômico-filantrópicas anglo-portuguêsas e sua influência no tráfico brasileiro de escravos;
- 4). — Condições de vida dos escravos na Bahia no século XIX: revoltas e levantes (1807-1835); emancipação dos escravos; a Bahia por volta do fim do tráfico (1835-1850).
- 6). — O golfo de Benin depois de 1810: passagem do *tráfico culpável* de escravos,
- 5). — Ardis e subterfúgios do tráfico clandestinos de escravos (1810-1851); para o *comércio inocente* de óleo de palma; formação de uma sociedade brasileira no golfo de Benin.

Como se pode constatar por êstes títulos, o livro de Pierre Verger aborda temas muito pouco estudados, não obstante sua importância capital para a reconstrução da história econômica do Brasil, e da Bahia em particular, oferecendo igualmente informações assaz interessantes sobre a volta dos escravos do Brasil para o golfo de Benin, e as conseqüências sócio-culturais dêste retorno para a história social desta região africana. Chamamos a atenção do leitor especialmente para o Capítulo VII, *Ambassades des Rois du Dahomey et pays voisins à Bahia et au Portugal*. Diz o Autor:

“Un aspect peu connu des relations entre la Côte sous-le-Vent de Mina et Bahia est celui des diverses ambassades envoyées par les rois du Dahomey, d’Ardres (aujourd’hui Porto Novo) et de d’Onim

(actuellement Lagos), à Bahia et Lisbonne. On trouve entre 1750 et 1811 les traces des quatre ambassades envoyées par des rois du Dahomey, deux tentatives malheureuses des rois d'Onim, et une du même caractère par un roi d'Ardres. À la base de ces ambassades on trouve quelquefois des raisons triviales. (...) Quoi qu'il soit, elle montre chez les rois africains en rapports avec les négociants une volonté de maintenir des relations commerciales étroites entre leurs pays et Bahia" (p. 251).

A descrição da primeira embaixada (1750) é particularmente cheia de detalhes interessantes, através dos quais podemos apreender alguns aspectos cruciais das relações existentes entre o Soberano Africano e as autoridades portuguesas do Brasil.

O Capítulo IX é igualmente muito sugestivo: trata das revoltas e levantes de escravos que abalaram a Bahia entre 1807 e 1835. Algumas destas rebeliões não passaram de incidentes (como as que ocorreram em 1822 e 1826), outras porém, chegaram a causar grandes preocupações não só à população de Salvador e da zona das plantações circunvizinhas, mas também às autoridades do Rio de Janeiro (p. 330).

Como se sabe, tais levantes, assim como os *quilombos*, eram uma das formas de reação dos negros à escravidão, e embora os cronistas do século XIX apontassem com causa destes movimentos sangrentos os sentimentos perversos e cruéis dos negros — ou então, os espíritos mais benévolos explicavam tais levantes como uma espécie de represália exercida por seres brutalizados contra seus senhores desumanos — o fato é que a razão mais importante e o móvel destas rebeliões era, na realidade, a presença do Islão na Bahia.

“Des guerres se déroulaient en Afrique occidentale et la pression de l'Islam sur le monde Yoruba y provoquait des transformations politiques et des guerres inter-tribales qui procuraient beaucoup de captifs aux négriers de la côte. Les nouvelles des événements d'Afrique parvenaient régulièrement à Bahia, avec chaque arrivée d'esclaves amenés de la baie de Bénin... Ces révoltes étaient le fait des musulmans; elles étaient des guerres religieuses. C'était la répercussion directe des événements guerriers qui se déroulaient en Afrique” (326-237).

Além das 52 fotos altamente artísticas e sugestivas, onde o Autor faz o paralelo de vários aspectos comuns entre o mundo negro da Bahia e seu congêneres do Daomé, encontra-mos 3 Apêndices que tratam dos seguintes assuntos:

- I. — Lista das 180 naves pertencentes à Bahia que foram capturadas pelos ingleses de 1811 a 1850 — com informações identificadoras de cada uma dessas embarcações;
- II. — Movimento de navios entre a Bahia e o golfo de Benin, com avaliação do número de escravos transportados para o Brasil;

III. — Lugar de origem dos escravos entrados no pôrto da Bahia.

Obra de consulta indispensável para o estudo das relações entre a África e o Brasil, contribuição de imenso valor para a história econômica e social do Brasil Colonial, excelente metodologia que merece ser considerada de bem perto pelos nossos historiadores, em uma palavra: sucesso.

LUIZ MOTT.

* *
*

EL KORDI (Mohamed). — *Bayeux au XVIIe et XVIII siècles*, Paris, 1970.

O Autor inicia êste trabalho discriminando as fontes e a bibliografia utilizadas, a respeito das quais tece algumas considerações. Quanto às fontes, por exemplo, relaciona os locais de onde as extraiu como: 1). — Arquivos municipais; 2). — Arquivos departamentais; 3). — Arquivos hospitalares de Bayeux; 4). — Biblioteca municipal de Caen; 5). — Arquivos parisienses.

A bibliografia obedece a determinado critério de classificação: 1). — instrumentos de trabalho, que incluem dicionários, atlas históricos, obras de referência; 2). — estudos e artigos dedicados a Bayeux e à região em que se insere; 3). — trabalhos sobre demografia histórica e técnicas demográficas; 4). — livros que se referem à economia, sociedade, civilização, metodologia.

Êsse estudo sobre a cidade de Bayeux abordou fundamentalmente três aspectos: o social, o demográfico e o econômico.

A primeira parte, dedicada à sociedade e baseada em fontes municipais e departamentais, compreende quatro capítulos: o nº 1 evoca o quadro geográfico e urbano; no 2.º O regime municipal, “examina as relações jurídicas que presidiam o convívio entre os habitantes da cidade”; no 3º “Os privilegiados: clero e nobreza”, estuda, atentamente êsses grupos sociais. Em Bayeux, cidade episcopal, o clero é rico e poderoso, exercendo papel de destaque na comunidade; no 4º O critério dos rendimentos: burgueses e artesões.

A segunda parte do trabalho de Mohamed El Kordi trata da população, especialmente urbana: nupcialidade, natalidade, fecundidade e mortalidade são temas constantes dêsse estudo demográfico que para a fecundidade em particular, reconstitui a vida de cêrca de seiscentas famílias, escolhidas na paróquia urbana de São Patrício.

Na terceira e última parte, referente à Economia, entre outros capítulos destacam-se os que traçam os limites da economia urbana, a alimentação dos habitantes da cidade, movimentos de preços de cereais, renda e salário. Fundados sobre ricas séries locais, fornecidas essencialmente pelos registros paroquiais, permitiram o esboço de uma história quantitativa de Bayeux.

Anexos contendo dados demográficos, econômicos, além de mapas e gráficos completam êste estudo que se traduz em preciosa contribuição à História urbana da França.

SUELY ROBLES REIS DE QUEIROZ.

* *
*

REIS (Paulo Pereira dos). — *O Caminho Nôvo da Piedade no nordeste da Capitania de São Paulo*. Conselho Estadual de Cultura. São Paulo. 1971. 194 pp. (Coleção "História" nº 10).

Baseado quase totalmente em documentação inédita, o presente ensaio representa valiosa contribuição para a história das comunicações na Capitania de São Paulo, especialmente na área de Lorena à baixada fluminense. Apresentando o volume, assim escreveu Osmar Pimentel:

"O autor utilizou-se de 298 fontes primárias e de apenas 21 secundárias, quando referiu situações e fatos relacionados com a gesta do caminho nôvo da Piedade, tema principal do seu ensaio; e escreveu a história dessa estrada baseado exclusivamente em documentação primária. O analista do problema suscitado pela abertura da estrada da Piedade aparece, nítido, quando o autor, depois de estudar as causas próximas e mesmo remotas do "caminho nôvo", vê neste, via de acesso possível à colonização da área a que servia e, assim, à possibilidade de nela estruturar-se, posteriormente, um tipo de civilização agrária estável. No caso, a chamada "civilização do café".

Em nosso caso particular, folgamos com a publicação dêste volume, pois há alguns anos, apreciando trabalho anterior do autor, criticámo-lo de modo mui severo, justamente por não ter visto nêle nenhuma contribuição original. Agora, abrimos nossas páginas, alviçareiramente, para saudar uma contribuição realmente original, indispensável mesmo, para o estudo de certos aspectos da civilização paulista. Cumprimentos ao autor e à Comissão Estadual de Literatura que, em boa hora, editou o seu livro.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS.

* *
*

CARREIRA (Antônio), — *As Companhias Pombalinas de Navegação, Comércio e tráfico de Escravos entre a Costa Africana e o Nordeste Brasileiro*. Edição do Autor, 565 pp. Lisboa, 1969.

Dentre os inúmeros Arquivos Históricos existentes em Lisboa, um dêles é particularmente rico em material relativo ao comércio exterior do Brasil durante o século XVIII: o *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças*. Mais do que em qualquer outra instituição do Brasil ou de Portugal, é aí neste Arquivo que estão reunidos o maior número e os principais documentos referentes às célebres Companhias de Comércio do período Pombalino: dezenas de enormes livros manuscritos onde foram registrados todos os decretos e avisos régios relativos às Companhias, outro tanto de livros onde estão compiadas tôdas as cartas que a administração das Companhias mandava e recebia, diários de contabilidade, sem falar nos milhares de papéis avulsos dos muitos maços de correspondência. Material abundantíssimo e muito rico, apenas parcialmente explorado, que espera pesquisadores que o sistematise.

Antônio Carreira, do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, professor do Centro de Estudos de Antropologia Cultural, do Instituto de Alta Cultura (Lisboa), pesquisador arguto e sério, com uma paciência verdadeiramente beneditina, freqüentou assiduamente e por um longo período os manuscritos dêste Arquivo: o resultado de suas pesquisas (o presente livro), é altamente satisfatório, e digno dos maiores elogios. Além da referida instituição, o Autor fez pesquisas no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), e no Arquivo Público da Bahia.

Profundo conhecedor da história das tecelagens de Cabo Verde e da Guiné, e as implicações resultantes da utilização dêstes panos de algodão no tráfico de escravos, (Cf. o livro de sua autoria, *A Panaria Cabo-Verdeano-Guineense — Aspectos Históricos e sócio-econômicos*. Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa), Antônio Carreira oferece-nos com o presente livro um estudo bastante original a respeito das duas Companhias Pombalinas de Navegação, comércio e tráfico de escravos: a Companhia do Grão-Pará e Maranhão, e a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba.

O 1º Capítulo serve como introdução: o Autor apresenta informações gerais, ou generalidades, sôbre as Companhias portuguesas de comércio e tráfico de escravos anteriores à época Pombalina. O 2º Capítulo é dedicado à Companhia do Grão-Pará e Maranhão: a sua formação, a frota utilizada, os agentes e seu comportamento, a concorrência estrangeira, o contrabando. Uma das partes mais interessantes é a análise estatística dos escravos transportados pelos navios desta Companhia, tomando como base os registros efetuados entre 1755 e 1788. Nesta parte são apresentados os seguintes elementos:

- Número de escravos embarcados e chegados vivos ao destino
- a). — Especificação por sexos e grau de desenvolvimento físico;
- b). — Número de escravos segundo as regiões de procedência e de destino;
- c). — Etnias levadas para o Brasil;

- d). — Tratamento e mortalidade no trajecto;
- e). — Marcas de propriedades nos escravos;
- f). — Preços médios de custo na origem, por anos e regiões.

Completam tal capítulo a descrição de 2 temas:

— algumas das mercadorias utilizadas nos “tratos e resgates dos escravos”;

— gêneros e manufaturas africanas compradas e exportadas.

O estudo da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba é feito no 3º Capítulo. Aí o Autor aborda os seguintes assuntos: a frota utilizada, alguns problemas do tráfico, proveniência dos escravos levados para Pernambuco, mortalidade dos escravos durante a viagem, preços médios de compra de escravos por anos e áreas.

Acompanham tais reflexões a transcrição de 27 documentos (entre Alvarás, representações, cartas, pareceres, petições, etc), relacionados com as Companhias e o tráfico de escravos. Muitos destes documentos são inéditos. O último deles, embora tendo sido anteriormente publicado, dada a raridade e dificuldade de ser encontrado, é com júbilo que o encontramos aí divulgado. Trata-se do *Discurso Acadêmico ao Programa*, de autoria de Luís Antônio de Oliveira Mendes, proferido em 12 de maio de 1793, somente publicado em 1812 nas *Memórias econômicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, no tomo IV. Tal *Memória* teve como objetivo

“determinar com todos os seus sintomas as doenças agudas e crônicas, que mais freqüentemente acometem os pretos recém tirados da África: examinando as causas da mortandade depois da sua chegada ao Brasil: se talvez a mudança do clima, se a vida mais laboriosa, ou se alguns outros motivos concorrem para tanto estrago: e finalmente indicar os métodos apropriados para evitá-lo, prevenindo-o, e curando-o: tudo isto deduzido da experiência mais sisuda e fiel” (p. 495).

Tal Discurso constitui documento muito rico de informações para a história da escravidão no Brasil. Embora seu escôpo tenha sido, conforme foi dito, primordialmente em termos de sugerir uma nova política sanitária a fim de se evitar a mortandade dos escravos transportados para a América Portuguesa, o certo é que o Autor, improvisando-se em etnógrafo, descreveu com muita riqueza e detalhes, os costumes, ocupações e demais aspectos da cultura material dos africanos,

“esta porção mais desgraçada da espécie humana ... (p. 494).

Tal Acadêmico não contente em apresentar de maneira” mais sisuda e fiel” a situação destes escravos, transforma suas linhas em discurso *engagé*, dizendo que

“as diversas crueldades experimentadas pelos pretos escravos em todas as idades, fazem gelar o sangue nas veias do fiel e experimentado escritor”;

daí sugerir a criação de uma Lei Municipal (6 artigos), que inibisse a desumanidade dos Senhores em favor de uma existência menos desgraçada para os escravos, lei esta que levaria à extinção do tráfico, e à abolição final do trabalho servil:

... “Que na Africa por hora venha a menor porção dela, que puder vir (escravos), e que para o futuro dilatando-se pela observação o mesmo sistema, se levantem as mãos aos céus, louvando a onipotência de Deus, que por um destino feliz fez desterrar, e desaparecer par sempre a escravidão dos pretos a todos odiosa.” (p. 55).

Lastimamos informar que tal obra, edição do Autor, dado o pequeno número de exemplares publicados, é dificilmente encontrada nas bibliotecas e livrarias do Brasil.

Todos os exemplares foram enviados de Lisboa ao Rio de Janeiro, onde foram rapidamente distribuídos. Há entretanto uma outra possibilidade para quantos não tenham tido a felicidade de obter um exemplar deste importante trabalho: tal estudo foi igualmente publicado no *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, n.ºs 89-90 e 91-92 de 1968, n.ºs 93-94 de 1969. Em tal publicação, de acesso relativamente fácil, poderá o leitor comprovar o grande valor e interesse desta pesquisa, e como eu, agradecer a Antônio Carreira a trabalhadora que nos poupou, sistematizando tão bem esta importante parte dos manuscritos do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças de Lisboa.

LUIZ MOTT.

* *
*

BÜTTNER (R.). — *Die Säkularisation der Kölner geistlichen Institutionen*. Colônia, 1971.

Trata-se do volume 23 da coleção *Schriften zur Rheinisch-Westfälischen Wirtschaftsgechichte*. O autor trabalhou sob a orientação de seu professor, Dr. Hermann Kellenbenz, ao qual endereça seus especiais agradecimentos.

O volume trata da secularização das propriedades eclesiásticas da região renana, cuidando especialmente da cidade de Colônia. O autor compulsou a rica documentação existente sobre o assunto nos arquivos de Düsseldorf, referente ao período em que aqueles territórios estiveram ocupados pela França. A legislação francesa de 1802 foi aplicada aos territórios germânicos incorporados à

França sob a forma de departamentos, com as modificações e adaptações exigidas pela situação.

O autor adverte no prefácio que entende por secularização não só a passagem efetiva das propriedades e instituições para o Estado, mas também a supressão do usufruto, ou o emprêgo das mesmas para fins profanos.

A secularização assim entendida, atingiu profundamente a vida da igreja católica da Alemanha, até então a maior do Ocidente.

Sob a denominação de “instituições espirituais de Colônia”, devem ser entendidas as igrejas paroquiais e das ordens, as abadias, mosteiros, as fundações, e até o seminário sacerdotal, situados no território sob jurisdição da cidade de Colônia, com tôdas as conseqüências sociais e econômicas daí decorrentes.

Na primeira parte do volume, o autor analisa os fundamentos econômicos, sociais e geográficos da região, estudando a cidade de Colônia sob os mais diferentes aspectos (situação geográfica, povoamento, administração, comércio e agricultura). Para dar um sentido comparativo ao seu estudo, é analisado também o Departamento do Rur, desmembrado de Colônia em 1798, focalizando a estrutura topográfica e administrativa da região.

A segunda parte da obra se ocupa com a preparação e o desfecho da secularização em si. São arroladas as medidas restritivas que a propriedade já vinha sofrendo e que culminaram na secularização formal de 1802, depois da total incorporação da região à França, dividida em quatro departamentos com sede em Mogúncia.

Na terceira e última parte do volume, o autor se estende na análise das conseqüências econômicas e sociais geradas pela transferência das vastas propriedades eclesiásticas secularizadas para o domínio civil, bem como na legislação propriamente dita que presidiu a esta transferência. Anota que as instituições eclesiásticas perderam, em Colônia, cêrca de 37 mil hectares de terra. As instituições espirituais ocupavam 50% da cidade de Colônia, intra-muros, e arrecavam o dôbro da própria administração civil urbana. A transferência para a sociedade laica das mesmas, produziu mudanças econômicas e sociais profundas, e conduziu a um rápido desenvolvimento comercial da região situada na margem esquerda do Reno.

OSWALDO SCHULER.

* * *

*

PALACIN (Luíz). — *Goiás, 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de minas*. Edição do Departamento Estadual de Cultura de Goiás. Instituto Goiano do Livro. 1972. 182 pp.

O governo goiano acaba de divulgar a tese de livre-docência com que o Professor Luís Palacin, ilustre cultor da história desse Estado mediterrâneo se apresentou ao julgamento dos críticos. É uma preciosa contribuição ao estudo de um determinado período da vida goiana, desde o instante em que aí se instalou a mineração e se formou a sociedade que passou a viver, inicialmente, dessa atividade.

Em sete bem documentados capítulos o autor analisa a formação dos primeiros núcleos de povoamento e a “implantação das estruturas administrativas” que os deveriam reger. Depois, passa a analisar tudo aquilo que foi comum ao ciclo da mineração: o contrabando, os rios que produziam o metal e os diamantes, a fase do apogeu, para culminar, mais adiante, na análise do período da decadência. Passa em revista a formação étnica da região, assinalando as funções que tocavam a cada grupo. E é meticulosa, também, a análise que nos oferece dos aspectos da administração, examinando a obra dos governadores, da Justiça, da Fazenda Real e do Exército. O livro se encerra com a fase da decadência, com observações sobre as comunicações, a agricultura e o comércio, naquele entrelaçamento natural que caracteriza essa tríade de atividade humanas.

Digno de registro é a citação das fontes “manuscritas” da História de Goiás, tecendo comentários sobre a sua localização, parte na velha capital e parte na nova. A cada capítulo o cuidadoso pesquisador anexa valiosa série de notas, devidamente numeradas porque relacionadas com o texto, o que facilita o esforço do leitor.

Não pode ser esquecida a parte final da obra em tela, no que se refere aos quadros estatísticos e até mesmo gráficos, ilustrando os assuntos que vinha fundamentando em palavras. Estes ajudam rapidamente a visão dos tópicos que vai expondo. A capa é reprodução do mapa de Colombina, elaborado talvez lá por 1751. Assinala, além dos limites da capitania, os caminhos e as localidades já existentes.

A historiografia de Goiás está verdadeiramente de parabens, pois o novo livro supera tudo o que já foi feito, dado que não se limita àquela costumeira análise dos fatos simplesmente, mas os focaliza no que eles têm de durável (a estrutura) e no que têm de transitório (a conjuntura). Está, pois, aberto o caminho da renovação para a boa interpretação da história de Goiás.

HLITON FEDERICI.

* *
*

MELLO (Antônio de Oliveira). — *Patos de Minas: capital do milho*. Edição da Academia Patense de Letras. Patos. 1971. 350 pp.

Para a apresentação da obra *Patos de Minas: capital do milho* (Edição da Academia Patense de Letras, 1971, 350 págs.) de Oliveira Mello, escreveu Antônio D'Ávila, o grande educador, de tão bela fôlha de serviços à causa do ensino em nosso Estado, a seguinte nota, que julgamos oportuno transcrever, pois nela, melhor do que em qualquer outra coisa que pudéssemos escrever, encontrarão nossos leitores feliz apreciação da obra e o reconhecimento dos méritos de seu autor:

“Surpreendeu-me Antônio de Oliveira Mello, desde os nossos primeiros contatos, a sua enorme capacidade de trabalho. Moço demais para tamanha empresa, soube-o senhor de sérios e demorados estudos teológicos e filosóficos e já autor de uma série de livros bem planejados e bem escritos, que vinham desde o seu formoso *Afonso Arinos e o sertão*, de 1961. Professor estimado de vernáculo, cronista, ensaísta, pesquisador de folclore, historiador, admirei-me de que já houvesse palmilhado tantos caminhos, trabalhado tantas áreas da cultura e produzido obra festejada em vários pontos do país.

Agora, com esta obra *Patos de Minas: capital do milho*, 1.º volume, a que hão de seguir mais dois, Oliveira Mello realiza trabalho de apaixonada e acurada pesquisa, resumo de longas tarefas de busca, exame e confrônto de documentos, para erigir uma história patense, honesta, permanente e útil.

Percorri a obra com atento olhar de amigo-revisor, tarefa e honra que me concedeu o operoso mestre e fui assim penetrando linha a linha as páginas desse livro sedutor, em que, com linguagem correta e fácil, desprovida de ufanismos e de arroubos líricos, o autor traçou a história de sua Patos de adoção, desde as remotas origens até os nossos dias. Tudo quanto se pensou, se fez, se concluiu no rico solo patense, está aí registrado à base de documentos, atenta e honestamente examinados: a evolução do cruzeiro à capela, à igreja, à catedral, da modesta escola primária à faculdade, passando pela lavoura, comércio e indústria, vida social e vida das letras, jornalismo, oratória, religião, com o retrato bem traçado de figuras de proa, perfil do povo, esboço de tipos populares e notícias abundantes de tôdas as iniciativas de vulto. Uma completa exposição da verdade minuciosa, serena, positiva e negativa, às vezes, sob as vistas amorosas de um espírito, cuja preocupação dominante está em elevar o nome de Patos à altura de ser visto por todo o país.

Considro a obra ingente de Oliveira Mello destinada ao redescobrimento e à consagração de uma das mais ricas regiões do país, em que se aliam no mesmo esforço, equilibradamente, o ara-

do, a pesquisa, o livro e a cruz, animado por largo e generoso espírito de bondade caridosa e fraternal de sua gente. *Patos de Minas: capital do milho* vai erigir-se monumento de paciência, amor e devotamento de um escritor versátil, empenhado em dotar a terra que fez sua, pelo coração com um relicário de lembranças e de informes precisos dos mais interessantes. Perpetuará, também, o nome de um Prefeito culto e dinâmico, Sebastião Silvério de Faria, e assegurará aos patenses de amanhã fonte segura de pesquisa e de novos e mais amplos estudos.

Estou daqui a sentir a urgente necessidade de cada família patense, orgulhosa de suas origens, assegurar, desde já, a posse de um exemplar desta obra para a estante do lar, a fim de ter à vista e no coração a linda história de sua terra. Abertas as suas páginas, aí terão, etapa por etapa, a longa e trabalhosa vida de seus maiores, dos que já se foram carregados de trabalhos e de merecimentos, cujos nomes se perpetuam nas ruas, praças e avenidas, escolas e hospitais. Terão aí, passo a passo, a longa trajetória de suas utas, de suas conquistas, a galeria opulenta de sacerdotes, políticos, mestres, lavradores, jornalistas, poetas e oradores, da terra e de fora, mãos dadas no esforço de criar, nos altiplanos patenses, uma paisagem amorosa de civilização e de cultura. Estou daqui também a sentir, pelos tempos a fora, a obra de Oliveira Mello amorosamente folheada, compulsada, fonte da verdade, geradora de emoções e de saudades, leitura de escolas, arquivo de tradições”.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS.

* *
*

BOIS (Paul). — *Paysans de l'Ouest*. Flammarion. Paris. 1971. 384 páginas.

Esta edição em pequeno formato, embora sem sacrificar nenhuma das grandes questões abordadas pelo autor, não contém o texto integral da tese de Paul Bois, o qual foi publicado em 1960 pela VIe Section da École Pratique des Hautes Études e Edições Mouton & Co, sob o título de *Paysans de l'Ouest. Des structures économiques et sociales aux options politiques depuis l'époque révolutionnaire*.

O tema desenvolvido procura respostas à atitude política das populações rurais do Oeste francês, bastião conservador que como tal se manteve, qualquer que fôsem os acontecimentos, qualquer que fôsse a conjuntura. Atitude tão espantosa que inspirou uma obra considerada como o primeiro dos grandes estudos de sociologia política, o *Tableau politique de la France de l'Ouest sous la Troisième République*, de André Siegfried, aparecido em 1913.

Para êste autor, a anomalia a elucidar seria o conservadorismo dessas populações do Oeste. Todavia, suas análises têm um caráter puramente contemporâneo, verificando a emergência do fenômeno, mas negligenciando a sua gênese, o que lhes confere um caráter estático. Muito vasta no espaço, sua obra não penetra no tempo ou então o faz muito pouco; tendo um caráter sociológico e geográfico, não histórico, por isso mesmo se restringe à superfície dos fenômenos, admiravelmente descritos, é certo, mas cujas origens permanecem na sombra.

Justamente essas origens é que Bois tenta captar em seu trabalho. O conservantismo do Oeste francês no presente seria explicável pelo passado. Mas a que passado remontar? Bois retrocede à Revolução Francesa.

No Oeste, mais que em outra parte da França ela penetra a vida profunda das populações. Da Vendéia aos confins da Normandia é uma guerra civil encarniçada que, durante seis anos ou mais, alcançou os limites dos recantos mais longínquos, agitou as famílias e a paz milenar dessa região sem história. É evidentemente a êsse tempo que é necessário remontar e procurar se as situações que se vão delinear então, anunciam as da época contemporânea e, em caso positivo, como e porque.

Para tanto, Paul Bois analisa a sociedade rural do fim do século XVIII bem como o papel dos quadros sociais na formação e direção das atitudes populares na região até o século atual.

Procura explicar ainda a ideologia que impregna o espírito camponês e as condições pelas quais ela tem conseguido se manter ou transformar até os nossos dias.

Sua orientação metodológica fê-lo partir do presente e retroceder ao passado, “êste passado sem o qual, no final das contas, o presente é ininteligível”.

Assim, a primeira parte do livro, dividida em três capítulos, trata da época contemporânea (fins do século XIX em diante).

A segunda parte refere-se pròpriamente à época revolucionária e entre outros aspectos detêm-se na origem social das insurreições do Oeste e examina os camponeses face à Revolução.

O Autor conclui que é inexato considerar as massas camponesas como inertes e passivas, material maleável animado pela preocupação exclusiva com os seus interesses materiais. Seu estudo revela que sua personalidade existe. Mais: ela é de inegável vigor e dotada de fisionomia original, resultante de todo um complexo econômico e social.

Mapas e gráficos completam êste sólido e inteligente trabalho.

SUELY ROBLES REIS DE QUEIROZ.

* *
*

HINCKER (François). — *Les français devant l'impôt sous l'Ancien Régime*.
Coleção "Questions d'Histoire" sob a direção de Marc Ferro. Flam-
marion. Paris. 1971.

Segundo o Autor, este estudo foi sugerido pela constatação da violenta e contínua hostilidade da população francesa relativamente ao sistema fiscal estabelecido pela Realeza nos dois últimos séculos do Antigo Regime, hostilidade que se refletiu nas inúmeras revoltas então ocorridas e nas quais transparece constantemente um caráter anti-fiscal.

Procurou então Hincker encontrar as razões e as formas de exteriorização desse inconformismo, analisando para tanto a política fiscal do Antigo Regime, os diferentes impostos estabelecidos, a maneira de cobrá-los, a distribuição da carga fiscal.

O francês do século XVII, especialmente o camponês, nada sabia dos aspectos técnicos, jurídicos, regulamentares do sistema fiscal que era, aliás, profundamente complexo, pois sob o Antigo Regime a regra de toda instituição era a exceção. Os privilégios sociais, geográficos, psicológicos, assim como o prestígio do Costume, em virtude do qual as novas instituições justapunham-se às anteriores sem destruí-las, constituíam o fundamento.

O contribuinte, melhor dizendo, o camponês, não via senão um fato: *o que* era necessário pagar e *como* fazê-lo. Todavia partilhava com a quase totalidade da população a convicção de que o imposto real era algo de insólito.

A idéia de imposto, contribuição nacional que permite o funcionamento regular dos serviços públicos seria uma idéia não só moderna como relativamente recente. A tradição, herdada da Idade Média, era a de que o Rei deveria viver de seu "domínio".

Deste ponto de vista, o imposto não podia ter senão um caráter extraordinário, só se justificando em circunstâncias excepcionais.

Certo, a idéia de permanência do imposto foi se firmando em razão do desenvolvimento de um Estado que quase nada mais tinha a ver com o governo do "domínio" pelo seu senhor. No entanto, a cada criação de impostos ou reforma dos já existentes, os editos reais apoiavam-se sobre justificativas de circunstância: guerras, dívidas, e não sobre as necessidades de funcionamento permanente do Estado.

A "talha" real, cujo nome provém de um direito senhorial, após ter sido episódica no meio de numerosos outros subsídios, foi devidamente instituída a 2 de novembro de 1439.

Do mesmo modo, a Capitação nasceu durante a Guerra da Liga de Augsburgo e desapareceu com ela (1698) para novamente surgir em 1701 com a Guerra da Sucessão de Espanha.

Em 1710, sempre sob a alegação de despesas de guerra, foi instituída a dízima.

Na verdade, até o fim do Antigo Regime, persiste a opinião de que só a guerra legítima verdadeiramente o impôsto.

Neste contexto, compreender-se-á que o Costume e a doutrina oficial autorizavam o direito aos protestos, quando as circunstâncias mudavam e a carga fiscal permanecia inalterável.

Para o Autor essa hostilidade teria deixado vestígios que até hoje perduram. Com o correr do tempo, a progressão na concepção do papel social do Estado deu ao problema do sistema fiscal um sentido completamente diferente. A opinião, ao menos a mais esclarecida, não contesta a sistema fiscal em si, mas a repartição da carga fiscal e sua aplicação.

No entanto, em pleno século XX, o camponês francês se faz pobre ante o recebedor do Estado, ainda que tal atitude seja inócua, de vez que este último não é o responsável pela fixação das quotas fiscais.

Poder-se-ia perguntar se a hostilidade que caracterizou o comportamento francês ante o impôsto sob o Antigo Regime foi um traço específico da França ou se era encontrado em todos os grandes Estados monárquicos da Europa moderna.

Hicker conclui que se trata de um traço francês e que a reação de outros países (entre os quais cita Espanha e Inglaterra) é fundamentalmente diferente. Nenhum apresentou motins anti-fiscais com a constância e determinação demonstrada pelos franceses.

Tais idéias, seguindo o plano da Coleção *Questions d'Histoire*, são expostas na primeira parte do livro, dividida em cinco capítulos.

A segunda parte transcreve documentos e problemas relativos ao assunto em questão.

Bibliografia, glossário, índice de nomes geográficos e de pessoas, completam este estudo que vem enriquecer os conhecimentos já existentes sobre a História da França.

SUELY ROBLES REIS DE QUEIROZ.

* *
*

MAURO (Frédéric). — *Histoire de l'économie mondiale de 1790 à 1970*. Éditions Sirey. Paris. 1971. 436 pp. 64 F (70 F franco).

Entre 1790 e 1873, a Europa foi não somente absorvida pelas revoluções políticas, mas também por uma profunda transformação econômica que exauriu grande parte das suas forças e a obrigou a renunciar a suas ambições coloniais do século XVIII.

Nesse período, o mundo foi muito pouco modificado pela Europa. Mas entre 1870 e 1914 a Europa, possante e equipada, lançou-se à conquista comercial e financeira do mundo. Depois, ocupada novamente consigo própria e com seu demônio familiar, a guerra (1914-1918), perdeu sua preponderância.

Em 1945, a Europa foi substituída na liderança do mundo pela América, isto é, os Estados Unidos. Desde então, procurou liberar-se de dois monstros: os EE. UU. e a U.R.S.S. que disputam entre si a hegemonia mundial. Mas a Europa também não pertence ao Terceiro-Mundo, cuja vez chegou.

O Autor nos faz entrar nessa dialética planetária através das flutuações das conjunturas nacionais e internacionais, a maior ou menor termo. Mostra como essas conjunturas levam a mudanças de estruturas ligadas a essa geografia da dominação. Adepto da história quantitativa, ele evita usá-la muito numa obra destinada a estudantes e a um público culto que se supõe, pelo menos, estar ao corrente das bases essenciais da teoria econômica.

Os capítulos do livro estão assim distribuídos: A Europa, 1700-1873; O Mundo, 1790-1870; A Europa e o Mundo, 1870-1914; O recuo da Europa, 1914-1945; A América e o Mundo, 1945-1970. Tabelas estatísticas e Bibliografia.

E.S.P.

* *
*

MARCÍLIO (Maria Luiza). — *La Ville de São Paulo. Peuplement et Population (1750-1850), d'après les registres paroissiaux et les recensements anciens.* Prefácio dos professores Michel Fleury e Louis Henry. Publicação da Universidade de Ruão. Faculdade de Letras e Ciências Humanas. 1968. 247 pp., 8 cartas, 37 gráficos (Tese de doutoramento).

Ensaio de síncrese ecológica, tomando a expansão urbana de São Paulo, entre 1750 e 1850, como exemplo. A Autora focaliza detidamente êsse período, porque o considera um "exemplo-padrão" do crescimento "positivo" da população paulistana, no qual esteve particularmente interessada.

Embora o período estudado seja uma época histórica, esta Tese é antes uma obra sociológica, do que histórica. História no caso refere-se unicamente à preferência, por parte da Autora, pelo período supra-citado em oposição aos nossos dias. A prova do que afirmamos está em que a etapa menos feliz, de toda a obra, é o III Capítulo, da Primeira Parte, em que foi tentada uma síntese informativa da História de São Paulo. A Autora tem dificuldade em conceituar corretamente "o Município Paulista" segundo o uso do século XVIII.

A Tese está dividida em duas partes: trabalho e apêndices. Por sua vez, a Primeira Parte, ou *trabalho*, tem três sub-divisões: 1). — “A Terra, o Homem, a Cidade”; 2). — “As fontes, as Técnicas”; 3). — “A população”. A síntese a que nos referimos, está no III Capítulo da primeira sub-divisão. Contudo, no entender da Autora, a terceira sub-divisão é o *cerne* do trabalho. Os “Apêndices” contêm: “A apresentação, a Introdução e a Conclusão”. Formam a Segunda Parte da Tese.

Dentro dessa estrutura, a segunda sub-divisão tem *excepcional* interesse para os estudiosos de *Técnicas de Pesquisas* e de *História Econômica*. Trata-se de uma análise detida da natureza, qualidade, quantidade e acessibilidade da documentação necessária à Tese. O condicionamento da estruturação do trabalho e, principalmente, de suas sub-divisões, ao tipo de Arquivo, e particularmente, à organização interna dos acervos de que proveio cada documento usado, é *especialmente elucidativo* quanto às dificuldades que qualquer pesquisador deve enfrentar diariamente em São Paulo.

E as considerações sobre *Técnicas* são ainda mais importantes, para licenciados em História, como nós: a diferença na *avaliação de conteúdo*, de *natureza de mensagem de cada documento*, existente na França, a *natureza, a profundidade* das considerações da banca sobre o esquema da Tese, mostram a importância que as Universidades europeias emprestam à pesquisa, encarada como *profissão*. Evidentemente, *pesquisa* lá não se limita a ser um passatempo eventual.

A bibliografia é bastante boa. Compõe-se em boa parte de trabalhos conhecidos entre nós, pois uma das finalidades da Autora foi torná-la conhecida na Europa. Enfim, trata-se de uma Tese de gabarito brilhante, que deve ser lida e meditada.

EDUARDO RUBIÃO MARTINS RODRIGUES.

* *
*

IGLÉSIAS (Francisco). — *História e Ideologia*. Editôra Perspectiva. São Paulo 1971.

A coleção de ensaios *História e Ideologia* (Editôra Perspectiva, 1971), posta em circulação recentemente por Francisco Iglésias, ultrapassa o limite estreito que instaura o seu título (tão modesto quanto certas confissões de insuficiência esparramadas pelo livro, p. 44 por exemplo) e se impõe como das mais penitentes e agudas manifestações do pensamento filosófico brasileiro, encurralado que se encontra entre uma realidade que rejeita *a priori* o seu discurso, e uma outra realidade, mais complexa e universal, que o obriga a se deslocar, apesar dos obstá-

culos, e a se comprometer, participando de uma arrancada revolucionária do pensamento ocidental. Portanto, entre uma forma discreta mas firme de repressão e uma forma opressiva mas branda de revolução, em posição de *entre*, se abre a escrita “histórica” de Iglésias, tentando manter um equilíbrio às vezes exagerado, falso, às vezes fantasiado pelo conceito liberal de “objetividade”, escrita que também às vezes deixa de lado o equilíbrio e a sua necessidade para se desabrochar em páginas mais líricas do que “históricas”, mas que guardam na sua essência uma Verdade que dificilmente poderia ser comunicada de maneira diferente (pensamos em particular no final do primeiro ensaio). Crença num “antes e depois” (p. 56), momento que vivemos, propulsor desta manifestação precária e conjuncional que é *História e Ideologia*, a nossa herança e o nosso legado: o desencontro. Não somos quem gostaríamos de ser, apesar de não sermos quem gostaríamos que fôssemos. Desejamos que os jovens sejam o que não fomos.

Tanto é verdadeira essa atitude de Francisco Iglésias que seu livro, apesar de proclamar desde o título um compromisso com a História, transmite constante e finalmente um gosto amargo na apreciação dos crimes cometidos pela escrita histórica, na análise das barbaridades que se conseguiu camuflar sob as asas protetoras do colonialismo, no estudo das arbitrariedades que a História ratificou como justas pelo “etnocentrismo” (p. 31) que sempre estava latente nas suas teorias, mesmo as mais avançadas. Esse gosto amargo, já salientado anteriormente em estudo feito por José Honório Rodrigues tendo em conta historiadores brasileiros, é suavizado por uma abertura extraordinária (vindo como vem da pena de um historiador convicto) em favor de interpretações tomadas de empréstimos a outros ramos do conhecimento humano, que se apresentam mais compreensivos e menos repressivos, como a antropologia, a etnologia, a geografia (pp. 48 sqq), embora deixe de lado certa corrente contemporânea de interpretação da psicanálise freudiana.

Aliás desde a frase de abertura do primeiro ensaio se lhe afigura como capital a distinção estabelecida por Ortega y Gasset entre horizonte geográfico e horizonte histórico (p. 17 e p. 41), com o único intuito de demonstrar mais tarde que sempre houve *déficit* do horizonte histórico com relação ao primeiro, visto que o homem, o europeu em particular, não podia estar interessado em incorporar o histórico alheio ao seu próprio, pois com aquela deficiência criava o conceito de superioridade indispensável ao melhor rendimento do processo catequético ou de colonização

“... a proclamação de vantagem de um povo sobre outro, pois, deve ser encarada com bastante reserva” (p. 38).

Se o horizonte geográfico, por exemplo, se moveu com desenvoltura e prodigalidade, pois já desde o século XV começa a se esticar com arrôjo e elegância, já o horizonte histórico somente no século XIX, conforme salienta Iglésias apoiado nas

pesquisas de O'Gorman e de Gerbi, começa a levar em consideração outras civilizações. Somente com a independência política é que se permitiu ao colono o ensejo de participar da vida da metrópole, não tanto porque se acreditasse nos seus valores de cultura, mas porque sua cultura já era "semelhante" à da metrópole.

Essa defasagem entre o geográfico e o histórico, não nos diz Iglésias, mas podemos deduzir dos fatos apresentados, é a responsável pela imposição de uma ideologia colonizadora nos países dependentes da metrópole. Enquanto o "outro" estava ausente do discurso histórico metropolitano, sua sujeição podia ser feita sem detrimento da perda do poder. No momento em que o "outro" se apodera do discurso histórico da metrópole, transformando-o, subvertendo-o, é que a defasagem entre o histórico e o geográfico vai diminuindo, ao mesmo tempo que a superioridade da metrópole sobre a colônia vai deixando de ser válida, ou vai encontrando formas mais sutis de convencimento. Ora, num estudioso dos processos do colonialismo, era indispensável a configuração e a posterior análise desse espaço aberto *propositamente* pelo discurso histórico, pelo historiador, pois é ele basicamente uma figura metropolitana. Em outras palavras, sua função só é plena quando se apresenta como parte integrante da estrutura do poder colonizador. Assim sendo, bastava o historiador para manter vivo na metrópole o desprezo pelo país colonizado (o "outro" não entrava no círculo da erudição, no Livro), bastava ele para manter no colonizado o "complexo de inferioridade", o "mazombismo" (p. 39). Portanto, igualar o horizonte geográfico e o horizonte histórico, fazer coincidir os dois círculos, tem significado — descobrimos com surpresa e receio no início deste século — início do processo de desmistificação do discurso histórico tradicional. O discurso histórico que se iguala na metrópole às fronteiras geográficas é renegado, nos pode dizer hoje Francisco Iglésias, lembrando o nome e a obra de Damiano de Góis (p. 44).

É com Spengler, nos diz o ensaísta, que o sistema ptolomaico da História (divisão em Idade Antiga, Média e Moderna) cai por terra e se estabelece uma nova taxionomia, que não será cronológica (nem podia ser), nem tampouco etnocêntrica, no entanto ainda logocêntrica, para usar a expressão de Jacques Derrida. O novo sistema, copérnico, para usar a metáfora proposta por Spengler, deslocando o "centro" de comando, não adota de modo algum posição privilegiada, e talvez por isso mesmo é que se deixa inscrever no título a profecia da desmistificação: *A decadência do Ocidente*. A organização, o método "histórico" passa a ser morfológico, se igualando portanto a outras descobertas recentes feitas por pensadores contemporâneos, como a sistematização proposta pela *Morfologia do Conto Fantástico*, de Propp. Essa tendência a liberar as indagações críticas da

"linha do tempo ou de tempo da linha",

conforme o trocadilho estruturalista, se faz urgente e necessária nas diversas formas do conhecimento ocidental, que se encontrando mais do que nunca culpado,

procura sua inocência ao corrigir os modelos propostos anteriormente. Dentro dêsse *mea culpa* extraordinário e geral que tem sido os escritos mais relevantes dessa segunda metade do século XX, dentro desta descrença total nos postulados de uma metodologia histórica e objetiva (é preciso dizê-lo, mesmo a historiadores), quer-nos parecer que Francisco Iglésias ainda se protege de vez em quando, tentando erguer como válidas e justas certas categorias que de certa maneira rechaça, mas de que não consegue se livrar por sua formação.

Exemplo típico de contradição na escrita de Francisco Iglésias (na escrita histórica dos nossos dias) está na frase que escolhemos para epígrafe desta breve nota.

No descaso de Montaigne pelas “ficções geográficas” (p. 24), para usar a expressão do nosso ensaísta, aí encontra o próprio Iglésias um “conceito discutível”. Discutível porque para êle (parece) a História só pode ser devidamente estabelecida a partir de testemunhas eruditas, a partir do documento escrito, transmitido por aquêle que sabe-escrever, a partir da glosa do visto, já que não há lugar para as observações mais exatas, segundo Montaigne, do “homem grosseiro e simples”. Na observação aguda de Montaigne (cuja riqueza só seria concretizada no século XX) e no adjetivo *discutível*, reside talvez o limite da História (seu reino também, é claro), se patentia a perda do regime de primazia que mantinha entre as demais ciências congêneres, e a entronização da antropologia como provedora dos novos métodos da análise e interpretação do inter-relacionamento humano. Nisso Iglésias parece estar de acôrdo conosco, pois é êle quem salienta que, por detrás da originalidade metodológica de Spengler, estão as descobertas revolucionárias de Frobenius:

“Leo Frobenius embrenhou-se nas selvas da África... Trouxe das pesquisas não somente farto material... como também ensinou o procedimento a seguir, criando método... Partindo dos ciclos culturais de Frobenius é que Spengler, em 1918, apresentou a interpretação da história em bases de uma morfologia das culturas”. (pp. 39-40).

Francisco Iglésias, com rigor e carinho, coragem e perseverança, contrabalança as especulações teóricas expressas nos dois primeiros capítulos (objeto dos nossos comentários) com exemplos concretos que assinalam uma vez mais — concreta e metafóricamente — a perplexidade do nosso momento “histórico”. O pensamento reacionário de Jackson de Figueiredo, o pensamento revolucionário de Celso Furtado, o pensamento utópico de Fernando Pessoa, se abrem em linhas conver-

gentes afluindo para o ponto central que é a escrita de Iglésias, equilibrada, medida consciente, objetiva, equidistante, — e também agônica. (*)

SILVIANO SANTIAGO.

* *
*

LAKATOS (Eva Maria). — *Estrutura e organização social em Israel*. Osasco. Instituto de Pesquisas da Faculdade Municipal de Ciências Econômicas e Administrativas. 1970. 176 pp. (Coleção “Cadernos de Economia” nº 3).

Apresentado originalmente para obtenção de mestrado na Escola de Pós-graduação da Fundação de Sociologia e Política de São Paulo, o presente trabalho constitui excelente estudo sobre tema bastante atual: a análise das estruturas sócio-econômicas e as mudanças sociais em Israel. A autora pesquisou em diversas organizações cooperativas israelenses, donde o seu trabalho revestir-se de límpida objetividade.

Julgamos oportuno transcrever suas conclusões: “A criação do Estado de Israel revela como fator primordial, em seu processo histórico, a existência de uma ideologia comum — o sionismo. A identidade coletiva de Israel se reflete no forte patriotismo local, embora seus exatos limites não estejam ainda fixados, pois decorrem de orientações e atitudes nem sempre uniformes.

O *Kibutz* representa a forma que responde pela configuração ideológica da nova sociedade. Os valores emergentes do *Kibutz* impregnaram a sociedade coletiva de Israel. Os *Kibutzim* também constituem um meio de segurança nacional, pois povoando as fronteiras, configuram as próprias fronteiras do país. Todas as transformações sociais, na estrutura ou na organização, assinalam a identidade coletiva, capaz de se sobrepôr à contínua mudança que caracteriza a nova sociedade de Israel.” E à guisa de conclusão geral: “A sociedade está em constante transformação. Na época em que vivemos, revoluções sucedem-se uma a outra. O mundo está dividido em duas ideologias opostas: capitalismo e socialismo. A luta entre estas ideologias ameaça a própria existência da sociedade. Nesta época conturbada concretizou-se uma organização social através de valores humanos outrora dispersos, e que convergiram para a realização de nova existência. A sua estrutura se revela sem instituições sociais cristalizadas, privilégios, vinculação rígida a classes sociais. Isto facilitou a sua evolução posterior, até atingir as formas associativas que lhe impuzeram a marca da mudança e da identidade atual. No

(*) — Transcrito, com a devida autorização, do Suplemento Literário do jornal *Minas Gerais*, de 4 de dezembro de 1971. (Nota da Redação).

plano sócio-econômico, originalmente utilizou os valores do capitalismo e do socialismo — a iniciativa privada e o coletivismo. A vida coletiva de Israel é uma forma social elevada, unificando raças, etnias, línguas e orientações políticas diversas”.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS.

* *
*

BARROS (Roque Spencer Maciel de). — *Introdução à filosofia liberal*. Prefácio de Ruy Mesquita. São Paulo. Grijalbo — Editôra da Universidade de São Paulo. 1971. 396 pp.

Artigos escritos originalmente para *O Estado de São Paulo* e *Jornal da Tarde*, levaram o autor à idéia deste livro que, pela sua exposição metódica, constitui um modelo de ensaio de filosofia e de política. Divide-se a obra em duas partes: na primeira, o autor procura captar, a partir de sucessivas concepções do mundo, determinadas por diversas antropologias filosóficas, que dizem respeito ao “pôsto do homem no cosmos”, a evolução e constituição da filosofia liberal. “Não se trata — informa o autor — de uma história do liberalismo à maneira por exemplo do que fizeram Guido de Ruggiero ou Harold Laski, entre outros. Trata-se de uma análise dos momentos da *filosofia* liberal que tento captar no que têm de nôvo e profundo na sua originalidade radical”. A segunda parte reúne alguns breves ensaios sôbre temas de filosofia liberal, esboços relativos a questões decisivas que auxiliam a esclarecer a primeira parte e a formular nitidamente o pensamento do autor sôbre o assunto: Mito e ideologia, Ciência política. Em tôrno do totalitarismo, Liberalismo e democracia, Liberalismo e capitalismo, Breves variações sôbre a tecnocracia.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS.

* *
*

MACHADO (Luiz de Toledo). — *Estudos Brasileiros. A Nação e as aspirações nacionais*. Edição Itamaraty. São Paulo. 1972. 337 pp.

Tem êsse título a mais recente publicação do Dr. Luis Toledo Machado. O Autor, responsável por várias outras publicações no campo da cultura brasileira — especificamente no da Literatura, como seu recente ensaio sôbre Alcântara Machado — ingressa, com êste livro, nos dominios da História.

Indiscutivelmente é o presente trabalho subsídio de alto teor científico para a bibliografia especializada no campo dos Estudos Sociais do Brasil. Ponderáveis razões alicerçam tal assertiva. Primeiro, a erudição do Autor, condição indispensável a toda Obra séria como esta. Depois, por ter sido elaborada com rigor científico: assente sobre ampla e variada documentação, usada com espírito crítico, selecionada com critérios objetivos. Provas? Entre outras podemos citar a vasta bibliografia citada em notas de rodapé e no final dos capítulos, o tratamento estatístico dos dados demográficos e econômicos, os mapas, gráficos e textos de leis incluídos nos Anexos.

O livro está dividido em cinco partes: 1. A nação e as aspirações nacionais. 2. A integração nacional. 3. Planificação, desenvolvimento, ciências e tecnologia. 4. O Estado e a política externa. 5. Aspectos físicos, demográficos, econômicos e a organização administrativa e política. Sua importância reside, basicamente, na visão da História do Brasil nela contida. História que ultrapassa o indivíduo para atingir o social.

O Autor interessou-se pelo passado. Na 1. parte, preocupou-se com nossas raízes de muito maiores dimensões porque ultrapassam o solo metropolitano para inserirem-se num contexto europeu ocidental. Essa primeira projeção internacional do Brasil teve reflexos na organização da vida colonial, principalmente na montagem das estruturas iniciais, que já abrigaram certas originalidades. Finda a época colonial, com a Independência, o problema básico constituiu-se na troca de modelos: do modelo metropolitano, que não foi muito rapidamente abandonado, passou-se ao inglês. Com a Inglaterra, e através dela, o Brasil permaneceu no cenário internacional. Instalada a República, "ato político-militar como a Independência", um terceiro período de encaixe do Brasil no cenário internacional adveio: a aceitação da hegemonia dos Estados Unidos no nosso processo econômico. Fases da história que, segundo o Autor, teriam correspondido, na Europa à passagem do capitalismo mercantil para o industrial.

O último capítulo desta parte analisa a Revolução brasileira e a ereção do Estado Nacional (1930-1964): passagem do capitalismo em crise para o capitalismo de organização, acrescentaríamos nós.

A preocupação dominante do autor do estudo em questão, foi a de mostrar fatos que exprimem uma atitude fundamental em relação a valores que ainda estão relacionados com os que hoje admitimos.

Ora, se o fundamento ontológico da História é a relação dos homens com outros homens, o que procuramos no conhecimento do Passado é o mesmo que procuramos no conhecimento dos homens contemporâneos, isto é, as atitudes básicas dos indivíduos (isolados ou em grupos) diante dos valores, da comunidade, do mundo.

Parece-nos que o Autor manteve esta concepção histórica ao fixar, nas outras quatro partes de seu livro, as grandes linhas da evolução contemporânea da História do Brasil. Nessa parte mais longa do trabalho, procedeu a uma análise das estruturas, observando a conjuntura nacional do século XX.

Primeiro, deu um especial realce à demografia, levantando problemas relativos à política demográfica e desenvolvimentista, aos contrastes regionais, à unidade nacional. Pôs em relêvo o papel do Estado, as iniciativas públicas e o privatismo.

Amplamente fundamentado em dados, elaborados estatisticamente, o Autor mostra na 2a. e 3a. partes do seu trabalho, a criação e o desenvolvimento no Brasil de mecanismos reguladores, devidos, em primeiro lugar, a intervenções estatais que permitem um impulso econômico contínuo, abrangendo a atualidade. Este *processus* tem correspondência no campo do pensamento, levando à associação Universidade-pesquisa científica-experimentação tecnológica. Seguem-se pois considerações sobre a importância do ensino na formação dos recursos humanos: “ao sistema educacional cabe romper o monopólio do saber científico e tecnológico” — A Universidade tem função precípua: ser “núcleo da pesquisa científica e inovação tecnológica voltada para a sociedade nacional”. É aliás ressaltada a imprescindibilidade da criação de estruturas nacionais de ciência e tecnologia, da adoção de uma política de pesquisa que implique na transferência para o país e para a Universidade do centro de decisão científica e tecnológica.

Os fatos humanos não falam nunca por si sós. Revelam seu significado quando colocados em conjunto. Ao longo do trabalho são sempre mostradas as significações humanas dos fatos históricos, as crises sociais e institucionais ligadas às transformações das estruturas sócio-econômicas.

Devir histórico e consciência da realidade social estão sempre presentes. Nas duas últimas partes do trabalho foram tratados os problemas das aspirações nacionais, conectadas com os caracteres globais da nação e suas necessidades econômicas, sociais, políticas e culturais. Aspirações “que possuem valor permanente e são comuns a tôdas as camadas sociais”. Foi definido o interesse nacional: “sua conceituação está na raiz das aspirações permanentes e no princípio do caráter e da evolução histórica nacional, na vida material e espiritual da nação, nos interesses globais, que traduzem os anseios primordiais de toda a comunidade”.

A preocupação básica da obra parece-nos ser a demonstrar a relação das consciências individuais com a realidade objetiva. Nisto apreendeu o Autor aspectos essenciais da vida humana, como a vida do espírito: “A única (ideologia) que nos deve ser válida é aquela que se fundamenta no passado colonial autêntico e positivo que é o da consciência americano-brasileira em nossa realidade e necessidade e na formulação das soluções nacionais em tôdas as áreas do conhecimento”.

Por esta suscinta análise do conteúdo dos “Estudos Brasileiros”, podemos ver a importância prática e científica desta publicação. Importância prática porque constitui excelente “instrumental” didático. Importância científica, no campo da historiografia brasileira, na medida em que muito contribui para o auto-conhecimento do homem brasileiro inserido em determinada realidade circundante, condição indispensável para a busca do crescimento da liberdade do espírito. Além disso, contribui para a compreensão da função social dos fatos históricos estudados num plano político-econômico-social; para a compreensão das grandes linhas da evolução contemporânea; para a compreensão da condição do Presente: consciência da realidade do que somos como unidade nacional no conjunto das unidades do mundo cada vez mais inter-dependentes.

SÔNIA A. SIQUEIRA.